

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NATHALIA DUARTE FERREIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NO ENSINO REGULAR**

**MANAUS
2018**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NATHALIA DUARTE FERREIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito para obtenção do título Graduada em Pedagogia.

Orientador (a) Prof.^aM. Sc. Andrezza Belota Lopes Machado.

MANAUS
2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

383i Ferreira, Nathalia Duarte
 **INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**
 / Nathalia Duarte Ferreira. Manaus : [s.n], 2018.
 58 f.: il.; 29 cm.

 TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
 Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.
 Inclui bibliografia
 Orientador: Machado, Andrezza Belota Lopes

 1. Formação de professores. 2. Inclusão. 3. Educação
 Especial. I. Machado, Andrezza Belota Lopes (Orient.). II.
 Universidade do Estado do Amazonas. III. **INCLUSÃO
DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463


NATHALIA DUARTE FERREIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
ENSINO REGULAR**

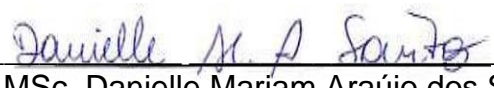
Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 05 de novembro de 2018

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Andrezza Belota Lopes Machado
Orientador(a)



Prof. MSc. Danielle Mariam Araújo dos Santos
Membro da Banca

Prof. MSc. Geysykariny Pinheiro de Oliveira
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus primeiramente, por ter me dado forças nessa caminhada, aos meus pais pelo apoio incondicional, ao meu querido irmão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo conhecimento e sabedoria para estudar, nos momentos mais difíceis, ele estava lá sempre me seguindo para o caminho certo, e continua me ajudando na minha vida profissional, acadêmica e pessoal.

Aos meus pais, João Maria Ferreira Filho e Maria de Nazaré Duarte Ferreira, pessoas mais importantes da minha vida, que me ensinaram o caminho da sabedoria, da responsabilidade, da humildade, sempre me incentivaram durante os momentos da trajetória acadêmica, com amor e paciência.

A todos meus familiares, em especial a minha avó, Emília Cruz Duarte, por todo apoio e amor incondicional durante a trajetória, se fazendo presente nos momentos mais felizes aos mais difíceis. Agradeço por ser neta de uma avó incrível.

Ao meu querido irmão, Felipe Gutemberg Duarte Ferreira, por todo carinho e compreensão, espelho para que eu me tornasse uma pessoa melhor.

À minha orientadora, Prof^ª. M.Sc. Andrezza Belota Lopes Machado, por quem tenho grande admiração, pela dedicação e compromisso no processo de formação. Obrigada por todas as correções, trocas de conhecimentos e reflexões que tivemos, me apresentou um outro olhar significativo da vida e do processo pedagógico. A você, minha eterna gratidão.

Aos mestres e professores pela inspiração, conhecimento e aprendizagem, a vocês todo o meu respeito e admiração.

Às minhas queridas amigas, Camilla Carneiro, Melissa Nascimento, Lucianny Freire, vocês são os presentes que chegaram à minha vida através da Pedagogia. Com vocês aprendi que no final, tudo dá certo! Obrigada por todos os momentos partilhados dentro e fora da Normal Superior.

Aos meus amigos e amigas pelo companheirismo, em especial, a Sandra e Gleicy, por partilhar diversas vivências durante o curso e pós-graduação, principalmente pelo ombro amigo nos momentos necessários.

Agradeço também a todos que contribuíram para todas as trocas de conhecimentos e à realização desse sonho. Obrigada!

“Inclusão implica em transformação”

Romeu Kazumi Sasaki

RESUMO

O presente trabalho tem como tema **“Inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular”** e teve como objetivo geral: Compreender os desafios educacionais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. Como objetivos específicos, apontamos: (1) Identificar na literatura e nos documentos legais os princípios filosóficos para o desenvolvimento do trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva; (2) Reconhecer as concepções docentes sobre a educação na perspectiva inclusiva; (3) Analisar, a partir da percepção dos professores, quais os desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva. O referencial teórico foi embasado nos estudos de SASSAKI (1997), ROSANA GLAT (2003) e ARANHA (2005). Metodologicamente, a pesquisa foi de caráter qualitativo, teve como instrumento de coleta de dados a entrevista e, como método de análise dos resultados, a análise de conteúdo. A análise das entrevistas com cinco docentes de uma escola pública, que tem crianças com necessidades educacionais especiais, revela que a inclusão educacional passa, principalmente, pelo atendimento especializado a esses sujeitos, superando-se as metodologias tradicionais de suporte e avançando para a promoção das diferentes habilidades no desenvolvimento. Nas considerações finais verifica-se uma carência quanto a formação dos professores e as adaptações curriculares voltadas à realidade das pessoas com NEE, portanto há necessidade de investimento para sua realização, visando a possibilidade e efetividade de maior inclusão e acessibilidade das pessoas com NEE, promovendo assim o desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: Formação de professores. Inclusão. Educação Especial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CMNEE	Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais Educativas
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	14
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
1.1 O que é inclusão?.....	14
1.2 Marcos históricos e Normativos da Educação Especial.....	19
CAPÍTULO II	25
PERCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
2.1 Educação na perspectiva inclusiva: caminhos para garantia da cidadania... 25	
2.1.1 Educação Inclusiva e a Família.....	26
2.2 Acessibilidade e Inclusão na escola	29
2.2.1 Acessibilidade.....	30
2.2.2 Inclusão.....	36
2.3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	38
2.3.1 Formação de professores.....	38
2.3.2 A importância do currículo flexível para alunos com Necessidades Educaçãoais Especiais.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular. A escolha desta temática se deu por perceber a pouca importância dada à temática Educação Inclusiva nas escolas durante os estágios do Curso de Pedagogia. Neste sentido, o investimento em pesquisas sobre a percepção dos professores em relação a educação inclusiva, traz novas perspectivas de conhecimento para os docentes. Tendo em vista a necessidade de expandir a temática, propomos com esta pesquisa no objetivo geral: Compreender os desafios educacionais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. De modo específico: (1) Identificar na literatura e nos documentos legais os princípios filosóficos para o desenvolvimento do trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva; (2) Reconhecer as concepções docentes sobre a educação na perspectiva inclusiva; (3) Analisar, a partir da percepção dos professores, quais os desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva. O problema surgiu em compreender, com base na percepção dos educadores, quais os desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva?

A pesquisa desenvolvida foi do tipo qualitativo, pois buscou compreender o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva. De acordo com Moreira (2002, p. 50) “a pesquisa qualitativa pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos”

Nesse sentido a pesquisa qualitativa é, em essência, “fenomenológica porque enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano, o mundo do sujeito, suas experiências cotidianas, suas interações sociais e os significados que dá a essas experiências e interações” (MOREIRA, 2002, p.6).

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, pois, o entrevistado tem a possibilidade, a qualquer momento, de expandir sua opinião sobre o tema abordado. De acordo com Seltiz et al. (1997, p.273) “a entrevista é uma técnica bastante adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como

suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. Considerando nossos objetivos, escolhemos as entrevistas como uma das técnicas para a coleta de dados.

O lócus da pesquisa foi uma escola estadual que atende os anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com o PPP da Escola (2017,p.14) por volta de 1964 a Secretaria Municipal de Educação assume o controle de uma casa, localizada na rua Eduardo Ribeiro, que pertencia à família da moradora Amélia Frota de Menezes, e instala no local a primeira escola pública da Chapada, a Menino Jesus de Praga, com ensino fundamental de 1ª a 5ª séries. A escola está localizada no bairro da Chapada, Zona Centro-Sul, atende crianças a partir dos quatro anos de idade, funcionando em dois turnos matutinos e vespertinos.

Para o presente estudo foram selecionados 5 profissionais que acompanham os alunos com NEE na escola, podendo trazer opiniões que enriqueceram o trabalho, todos com formação docente a mais de 15 anos, concursados pela SEDUC. Para preservar a identidade dos sujeitos foram dados nomes fictícios aos entrevistados, os sujeitos possuem as seguintes descrições: 1 Professora do 1º ano do Ensino Fundamental Matutino; 1 Professora do 3ºano do E.F matutino; 1 auxiliar de vida escolar; 1 Pedagoga; 1 Diretora.

A estrutura deste trabalho consiste em capítulos temáticos, onde serão realizadas, simultaneamente, a revisão de literatura sobre a temática, a apresentação e a discussão dos dados. O capítulo I, traz os seguintes tópicos: A educação inclusiva na concepção dos direitos humanos, O que é inclusão?, Marcos históricos e normativos da Educação Inclusiva, que vem relatar como é a educação inclusiva, como ela se faz presente nas escolas, conseguindo perpassando por leis que foram importantes para o engajamento da educação inclusiva, ocorrendo a inclusão de todos sem discriminação. É pautado em autores como SASSAKI (1997), ROSANA GLAT (2003) e ARANHA (2005). O capítulo II refletimos sobre a Educação Especial: Escola e Cidadania, Educação inclusiva e a família, observando os resultados e discussões, para melhor compreensão ele foi dividido em Acessibilidade e Inclusão na escola, o Desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da Educação Inclusiva, formação de professores, a importância do currículo flexível, para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Este trabalho científico tem buscado compreender a problemática quanto aos desafios que os professores possuem no seu desenvolvimento pedagógico tendo em

vista a educação inclusiva. Constatamos que esses desafios são controversos, pois ao analisarmos as falas, verificamos que cada profissional, à luz da prática que desenvolve na escola, percebe de uma forma, ou seja, não há uma concordância entre a percepção dos professores, da gestora e da pedagoga. Mas, se a escola é uma unidade feita de pessoas, capazes de transformar a vida dos discentes que ali se encontram, é preciso que todos os profissionais que atuam nesse espaço dialoguem e reflitam sobre a inclusão e suas demandas, para que assim possam realizar um planejamento estratégico para promovê-las.

O professor numa sala de aula não pode fechar os olhos para as crianças que apresentam características educacionais especiais, por não conhecerem os caminhos metodológicos para estimular as crianças que apresentam estas características acabam não estimulando os alunos, pois é necessário atender todos os alunos na sala de aula, independente do ritmo de aprendizagem dentro de sala.

A relevância do trabalho, refletindo a educação na perspectiva inclusiva, é preciso reconhecer que o educador precisa oportunizar o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com NEE, mas para isso é preciso saber: Os professores reconhecem esses alunos na sala de aula? Sabem como estimular seu desenvolvimento e aprendizagem no contexto da diversidade da escola? Essas e outras perguntas vão surgir dentro da pesquisa para que se possa compreender como deve ser o processo de estimulação do aluno com NEE na escola regular, na perspectiva da educação inclusiva.

CAPITULO I

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1.1 QUE É INCLUSÃO?

Segundo o site Conceito (2018) inclusão é:

“É chamada de inclusão a toda atitude, política ou tendência que pretende integrar as pessoas dentro da sociedade através de seus talentos e que, por sua vez, sejam correspondidas com os benefícios que a sociedade possa oferecer. Esse tipo de integração deve ser realizado do ponto de vista econômico, educativo, político, etc.”

O conceito de inclusão que se encontra no dicionário se dá por: ato ou efeito de incluir(-se). (2018)

No site Significado (2018) Inclusão é o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte. Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade.

A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento e para desenvolver-se enquanto pessoa.

Educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de desigualdade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A educação inclusiva por meio da assinatura de declarações internacionais e da promulgação de leis e decretos, vigora no Brasil desde a década de 1990, tendo notório avanço do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas autoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, mostra-se em evidencia a necessidade de confrontar as práticas de desigualdade e criar

alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço acerca da sociedade contemporânea, criando força e sendo cada vez mais discutida no âmbito escolar para superação da exclusão.

No decorrer dos séculos a educação inclusiva passa por diversas transformações, e ganha vigor para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais começaram a serem repensadas, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino, o primeiro passo pra que isso de fato aconteça é olhando a educação com outros olhos. É preciso entender que a inclusão não é apenas para crianças deficientes, mas para todos os excluídos ou discriminados.

Quando se pensa que tipo de benefício à inclusão pode gerar, surge sempre aquele pensamento de que as pessoas com deficiência têm mais chances de se desenvolver, mas na verdade todos ganham com a inclusão, pois aprendemos todos os dias exercitar a tolerância e o respeito ao próximo seja ele quem for. Além disso a inclusão traz benefícios tanto acadêmicos quanto sociais. A inclusão bem-sucedida não acontece automaticamente, a atitude da escola como um todo é um fator significativo nesse processo.

Muitos professores vão achar a ideia de incluir alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas preocupante, ficarão apreensivos no começo, porém, precisamos entender que a maioria dos professores do Brasil possuem ferramentas necessárias para atender as necessidades específicas de cada criança que se faz incluída no cotidiano escolar.

Werneck (1993, p.56) diz que “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes. Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos”.

A educação tem o papel fundamental na formação de qualquer indivíduo, porém, a realidade expressa na literatura demonstra uma exclusão de indivíduos dos seus direitos educacionais que são garantidos por lei, como alunos com necessidades educacionais especiais.

O fato da garantia do direito de matrícula nas classes de ensino regular aos alunos com tais características, não significa incluí-los ao processo educacional, principalmente porque na maioria das vezes eles não tem acesso a serviços de

Atendimento Educacional Especializado (AEE) que visa dar respostas educativas às suas necessidades educacionais especiais.

A inclusão dos alunos para Freitas e Pérez (2012) se dá quando o professor deixa:

[...] de ser mero executor de currículos, e programas predeterminados, para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos seus alunos, tendo em conta o nível e as necessidades deles [...] (p. 7).

O professor ao atender apenas o que está previsto no currículo da escola, torna a prática pedagógica bancária, segundo o método Paulo Freire o professor age como quem deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores.

Os alunos que necessitam de adaptações curriculares e de uma escola flexível, quando não ocorre essa mudança, acabam não conseguindo se desenvolver e deixam de realizar as atividades, pois não conseguem acompanhar o ritmo dos demais.

Segundo Fonseca,

A educação inclusiva tem como finalidade assegurar a todos os estudantes, sem exceção, a igualdade de oportunidades educativas, para que os mesmos possam usufruir serviços educativos de qualidade e de outros apoios complementares que os preparem adequadamente para a vida futura (FONSECA, 2003, p.23).

A flexibilidade no currículo e nas suas ações, implicará em mudanças da prática dentro da sala de aula em benefício de todos os alunos que necessitam desse atendimento, permitindo assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação.

Segundo Aranha (2004, p. 7) a escola inclusiva é, aquela que garante um atendimento de qualidade no ensino educacional, atendendo a todos os alunos nas suas especificidades, “reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

Logo, notando que o público alvo da escola são os alunos quaisquer que sejam suas peculiaridades, a escola poderá ser considerada inclusiva, pois estará

organizada para atender a cada aluno, sem levar em consideração “etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação”.

A escola inclusiva trabalha para garantir a caminhada dos seus alunos no processo de aprendizagem, tendo o aluno como sujeito de direito e foco central de toda ação educacional, com isso construindo as competências necessárias para o exercício pleno de sua cidadania, pois é este o objetivo primeiro de toda ação educacional.

Segundo Aranha (2004, p. 19) toda a escola deve “desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades educacionais presentes no seu alunado”. Ocorrendo isso, planejar os passos seguintes a serem tomados para atender as necessidades identificadas nos seus alunos em uma perspectiva de educação inclusiva.

O professor para melhor desenvolvimento do seu trabalho, tem como suporte o assessoramento de uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar, na qual contribuirá com seus conhecimentos nos recursos e métodos necessários para o ensino dos alunos com NEE, ocorrendo uma aula significativa e estimulante para todos.

Podemos constatar por meio da Constituição Federal (1988), nos Artigos 206 e 208, que a educação está prevista para todos os alunos, tendo como princípio fundamental a igualdade de condições para a acesso e permanência a uma educação de qualidade nas escolas.

Na escola aonde foi realizada a pesquisa, para embasamento prático deste trabalho científico de conclusão de curso, constatou-se junto aos registros de matrícula da escola e também a partir da fala dos participantes da pesquisa, que os docentes trabalham apenas com duas crianças com NEE e que apresentam laudo, ambas com deficiência física.

Vale ressaltar que, segundo a Resolução nº 4/2009, de 02 de outubro de 2009, é garantido aos alunos com NEE, encaminhamento e atendimento educacional especializado para atender suas necessidades específicas de aprendizagem, conforme verificamos a seguir:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento

Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

O atendimento educacional que contemplem às necessidades especiais dos alunos está garantido, inicialmente na Constituição Federal, segundo o Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

E também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que garante o atendimento educacional especializado de forma gratuita; serviços de apoio especializado, na escola regular, quando necessário; assegurar a matrícula e permitindo uma educação que atenda aos alunos público alvo desta modalidade de ensino, provendo ações importantes na capacitação dos recursos humanos que estão envolvidos no AEE, dentre outros (BRASIL, 1996).

Considerando os documentos legais, a escola precisa estar preparada para atender qualquer tipo de indivíduo, com e sem necessidade educacional especial, pois é esta a perspectiva de uma educação inclusiva, que respeita e valoriza a diversidade humana e tem o indivíduo, seu desenvolvimento e aprendizagem como foco principal do processo educacional.

A LDBEN nº. 9.394/96, em seu Art. 22, aponta que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, bem como fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A diversidade está presente dentro e fora das escolas, mas é de extrema importância que o professor reconheça e valorize-a, os alunos com características NEE, sejam aqueles com deficiência, com transtorno do espectro autista, com transtornos de aprendizagem ou com altas habilidades/superdotação, visando garantir aos educandos um ensino de qualidade.

Cabe aqui um destaque em relação à pessoa com altas habilidades/superdotação (AH/S), que também é público-alvo dos atendimentos da modalidade de educação especial, mas que muitas vezes não são considerados com educandos com necessidades educacionais especiais, principalmente em razão de uma das características comuns a esse alunado, que a facilidade em aprender. Neste sentido, Freeman e Guenther (2000, *apud* MACHADO, 2007, p. 15):

[...] Ao contrário do que muitos pensam, as crianças com potencial para extraordinários níveis de produção também são crianças com necessidades especiais que requerem experiências educacionais enriquecedoras para o aproveitamento de suas diferenças individuais (FREEMAN e GUENTHER, 2000; SOUZA e FREITAS, 2004).

Consequente, no contexto da escola sempre haverá diferentes sujeitos com necessidades diversas, pois o ser humano é único e particular, e isso deve ser considerado para que as suas singularidades na maneira de aprender possam ser atendidas, se considerarmos a educação numa perspectiva inclusiva. Neste sentido, o atendimento educacional especializado garantidos aos educandos incluídos na escola comum, permite ao aluno com NEE uma educação diferenciada, mas não o torna melhor que os outros, ao contrário, dá condições de igualdade para o acesso ao conhecimento e à aprendizagem em relação aos outros alunos que não necessitam de adequações curriculares. E, com isso, terão seus direitos atendidos como todo e que qualquer cidadão de nossa sociedade.

1.2 MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente a escola se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilegio de um grupo da burguesia brasileira. Com base nas leituras a partir do processo de democratização da escola, entrou em questão o paradoxo inclusão/exclusão quando o sistema de ensino universalizou o acesso à escola, porém era muito grande a exclusão dos indivíduos e grupos que não faziam parte dos padrões.

Para o MEC (2018) esse caminho, conhecido como educação inclusiva, difere substancialmente das formas antigas de inserção escolar de pessoas com deficiência

e/ou com outros tipos de condições atípicas, no sentido de que a inclusão requer mudanças na perspectiva pela qual a educação deve ser entendida.

A inclusão difere, por exemplo, da integração, que se vale das práticas de normalização, de classes especiais e de escolas especiais. Todas as formas até então vigentes de inserção escolar partiam do pressuposto de que devem existir dois sistemas de educação: o regular e o especial. Os alunos com deficiência poderiam estudar em escolas regulares se fossem capazes de acompanhar seus colegas não-deficientes.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. ()

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento as pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

A partir de 1961, o atendimento educacional as pessoas com deficiência passam a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº4.024/61 (BRASIL, 2017), que aponta o direito dos “excepcionais” a educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiência física, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados.

O MEC, em 1973, cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, o que impulsionou ações educacionais voltadas as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas ainda caracterizadas mais por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado, do que um processo sistemático de atendimento educacional nas escolas.

Segundo o Livro do MEC (2015) observa-se que neste período não se efetiva uma política publica de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência, não sendo organizado um atendimento especializado que considere as suas características de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208).

Outro documento legal que garante a necessidade de matrícula para a garantia de direitos é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº8.069/90, que vem reforçando nos dispositivos legais supracitados ao determinar, no Artigo 55, que “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Considerando que a matrícula é o primeiro passo para o acesso à educação, esse mecanismo visa garantir esse direito.

Ainda nesta década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1994) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Trazendo ações que segundo o site Educa Brasil (2018)

“Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.

De acordo com Dutra (2005), como a Declaração de Salamanca, que tem em vista ser a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, muitos países começam a trabalhar nos desafios na implementação de políticas públicas, definindo caminhos a serem percorridos pela educação especial em sintonia com os princípios

educacionais inclusivos. Com isso, promove uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A primeira Política Nacional de Educação Especial é publicada em 1994, orientando o processo de “integração instrucional”, o que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19)

Vale ressaltar que a política não provoca uma reformulação ou transformação das práticas educacionais, de modo que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem dos sujeitos no ensino comum. Além disso, ainda na contemporaneidade a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais é atribuída como responsabilidade da educação especial.

Em 1999, o Decreto nº3.289, que regulamenta a Lei nº7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Interação de Pessoas Portadoras de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Buscando acompanhar o processo de mudança, segundo o MEC as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).”

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”. Tendo objetivos e metas onde os sistemas de ensino favoreçam o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos, potencializara a aprendizagem (Inclusão Já, 2018)

A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pela Decreto nº3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definido como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa

impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (Inclusão Já, 2018)

O Decreto é de suma importância na repercussão da educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso a escolarização.

Em 2003 é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo processos de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos a escolarização, a oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade.

Um ano depois, em 2004, o Ministério Público Federal publica um documento, com objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns de ensino regular, o nome do documento é O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, (BRASIL, 2018) e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

No ano de 2007 foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, tendo como objetivo contemplar o currículo da educação básica, temáticas

relativas as pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso a permanência na educação superior.

No documento do MEC, “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, sendo reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial e explica que:

Contrariando a concepção sistemática da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento as necessidades educacionais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para com acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL.2007, p.09).

A política vigente, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e, articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Com base nos escritos de Melo (2011), é possível entendermos que a educação é a ferramenta básica para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social, ela transmite a cultura, constrói o cidadão, amplia conhecimentos visando à construção de um mundo melhor para todos.

CAPITULO II

PERCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

2.1 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CAMINHOS PARA A GARANTIA DA CIDADANIA

Para Sonia Maria (1985) a cidadania significa, o acesso permanente aos direitos políticos, civis e sociais. (p.13). A humanidade demonstra através dos tempos uma história de preconceitos e discriminação que, vem gerando, por muitas décadas, movimentos de exclusão em todos os níveis da sociedade. Assim, a escola, em seu percurso histórico, se caracterizou como uma educação seletiva em que grupos minoritários tinham privilégios, sabe-se que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal, no respeito pelas diferenças, criando condições para que na prática cotidiana ocorra mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro.

O que a literatura nos aponta é que a proposta de um sistema educacional inclusivo passa a ser percebida, enquanto processo de reflexão e prática que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, a partir da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, incluir não deve ser uma imposição, mas um modo de pensar. A inclusão de pessoas com NEE na escola supõe considerações que vão além da simples inovação educacional, e que implicam o reconhecimento de que o outro é sempre diferente, mas enquanto cidadãos tem direitos iguais. Com base na escola observada muitos professores não estão vivendo a inclusão como sinônimo de entender essas diferenças e sim de excluir esses alunos.

Considerando que o desenvolvimento é o processo através do qual o indivíduo constrói ativamente, nas relações que estabelece com o ambiente físico e social, suas características, o cérebro é a matéria prima para o processo de aprendizagem. Assim, a aprendizagem humana não decorre de um simples armazenamento de dados observados, e sim do processamento e elaboração das informações das percepções no cérebro. No cérebro, há neurônios prontos para a estimulação. A atividade mental estimula a reconstrução de conjuntos neurais, processando experiências vivenciais, num fluxo e refluxo de informação.

Para Mora:

A aprendizagem, portanto, é o processo em virtude do qual se associam coisas ou eventos no mundo, graças à qual adquirimos novos conhecimentos. Denominamos memória o processo pelo qual conservamos esses conhecimentos ao longo do tempo. Os processos de aprendizagem e memória modificam o cérebro e a conduta do ser vivo que os experimenta (2004, p. 94).

Se considerarmos a complexidade da diversidade presente na sala de aula e também frente ao grande número de alunos matriculados nas turmas, pode ser difícil realizar os estímulos necessários para cada criança se desenvolver da melhor forma possível, mas é importante compreender o outro em sua diferença e tentar oferecer um ensino adequado às suas necessidades específicas de desenvolvimento. Isso porque, entende-se que todo o ser humano, independentemente de ter ou não uma deficiência ou limitações em seu desenvolvimento é possuidor de potencialidades e capacidades.

Devido a todo um percurso histórico e cultural sabemos que muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com as limitações resultantes das necessidades educacionais especiais e individualidades dos educandos, a fim de que, realmente todos os alunos sejam incluídos e, ao mesmo tempo, analisar o que é “estar” excluído em uma sociedade que se diz “igualitária”.

A inserção de alunos com NEE em classe comum não acontece como um passe de mágica é uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência, aluno sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

2.1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FAMÍLIA

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de ideias e de práticas construídas ao longo do tempo. É importante observar os cuidados e apoio à família e à comunidade, para que as crianças e adolescentes tenham condições favoráveis para um desenvolvimento saudável.

Sabe-se, entretanto, que a família tem se encontrado, historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, no sentido de receberem orientações de como proceder em relação às necessidades especiais de seus filhos.

Segundo o Programa Educação Inclusiva: Direito À diversidade (2004) faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais

desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos.

A família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para seu bem-estar e uma vida de boa qualidade.

É essencial que se invista na orientação e no apoio à família, para que esta possa melhor cumprir com seu papel educativo junto a seus filhos. Cabe ao poder público garantir um sistema de serviços que promova a saúde física e mental das famílias, em geral, e das crianças e jovens e adultos, em especial.

Estas medidas são importantes para o crescimento de todas as crianças. Todos ganham em desenvolvimento e consciência social, já que a convivência na diversidade alavanca o desenvolvimento dos que apresentam algum atraso, bem como para as crianças que apresentam talento significativo em alguma área, favorecendo assim a convivência respeitosa entre os diferentes participantes de um coletivo social.

Toda criança tem o direito à educação e também ao AEE, que pode ser realizado, preferencialmente, na própria escola. Com isso na busca por compreender se os recursos apresentados fazem parte do cotidiano da escola pesquisada, observa-se que por falta de espaço que a escola apresenta, não possui sala de AEE e nem a oferta de atendimento regular para as crianças com NEE na escola.

Segundo a Diretora da escola: “a escola só dispõe da professora auxiliar de vida escolar, cuja atribuição é acompanhar o estudante na sua locomoção e execução das atividades propostas pela professora regente”.

Para se fazer um atendimento diferencial e que tente amenizar os impactos educacionais gerados pelas limitações resultantes das deficiências das crianças com NEE, a escola disponibiliza um profissional específico, disponibilizado pela SEDUC, chamado de “Auxiliar de Vida Escolar”. Ele realiza o planejamento com base nas atividades do professor, fazendo adequações curriculares e de materiais conforme a necessidade dos alunos.

Durante o período da pesquisa, observou-se a ajuda da auxiliar vida escolar durante as atividades realizadas com as crianças, a mesma possui uma fala que se faz refletir perante as dificuldades que a família passa para incluir seus filhos na escola regular, quando as crianças possuem NEE. Ela afirma que:

Ouvir a opinião dos pais, na minha opinião, faz com que os pais se sintam acolhidos na escola que a criança estuda, com esse envolvimento consigo entender melhor meu aluno, faço estimulações necessárias para o aprendizado dele e principalmente auxilio os pais no decorrer do processo para entender o aluno. (AUXILIAR DE VIDA ESCOLAR, 2018)

Ouvir, refletir, se fazer presente são elementos importantes para a avaliação do grupo de crianças, assim como para avaliação individualizada no decorrer do ano letivo.

Para melhor desenvolvimento da criança, a família precisa contar com apoio e atendimento às crianças e adolescentes com NEE, de forma que possam frequentar os espaços comuns da comunidade desde o início de suas vidas, juntamente com seus familiares. Quando a família não conta com esses serviços, tende a se fechar e a manter a criança em casa, iniciando um processo de segregação e de exclusão já no contexto familiar.

Segundo Ministério da Educação (BRASIL, 2004)

As famílias de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais associadas ou não a deficiência vivencia uma situação bastante peculiar: a maioria se percebe sozinha para administrar as dificuldades que se apresentam em tal situação. Os sentimentos de desamparo são muito frequentes e não podem ser ignorados. (p.13)

Trabalhos em grupo favorecem a troca de experiências e permitem reflexão sobre atitudes de enfrentamento e gerenciamento das dificuldades cotidianas com seus filhos.

Observa-se também que a falta de conhecimento sobre o assunto, sobre as leis, tem na maioria das vezes, levado os pais a uma condição de dependência de um determinado serviço ou mesmo de profissionais. Dificilmente são orientados a analisar o conjunto de suas necessidades, a tomar decisões e exigir a qualidade de atendimento que desejam.

Também neste aspecto o Estado, enquanto poder público, tem a responsabilidade de oferecer o suporte necessário. Profissionais capacitados devem ser disponibilizados, como suporte às famílias, para informar acerca dos recursos disponíveis na comunidade.

Segundo a Diretora da escola aonde foi realizada a pesquisa, entende ser de extrema importância a participação de toda comunidade escolar sempre respeitando as necessidades dos alunos, a mesma relatou que a comunidade participada da construção do PPP da escola. Podemos ver a escola como uma organização na medida em que ela se constitui como unidade social “de agrupamentos humanos intencionalmente construídos ou reconstruídos” (CHIAVENATO, 1983).

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2001, p. 28)

Lembrando que a família é um coletivo e que necessita, para seu pleno desenvolvimento, garantir a participação de todos no compartilhar sentimentos, na análise dos problemas, no processo de tomada de decisões e responsabilidades. Há que se investir na abordagem dessas questões, como instrumento de crescimento e desenvolvimento e favorecendo a qualidade de vida das famílias.

2.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA ESCOLA

Obtendo a consciência de rever a complexidade e as responsabilidades na construção de uma escola de qualidade para todos, o debate da inclusão de pessoas com deficiência em escola regular tem sido tema de suma importância na última década.

O movimento de incluir tem se resumido a integração física, no espaço escolar, dos alunos com NEE junto aos discentes ditos “normais”, logo essa situação não altera no cotidiano escolar, a existência de práticas pedagógicas que sejam capazes de desenvolver por completo o aluno.

Ter seus direitos desrespeitados, apesar dos marcos legais existentes, demonstra que ainda necessitam percorrer um longo caminho para o bem-estar dos NEE, precisando romper com os paradigmas educacionais.

Verifica-se a necessidade da promoção de ações que viabilizem o sujeito. Repensar a educação como direito de todos, adaptando a educação a diversas

necessidades, adequando-se a várias categorias de deficiência e respeitando seu ritmo de aprendizagem garantido uma melhor e satisfatória qualidade de educação. (BRASIL, 2014).

Entendemos que a educação, agregada às ações de inclusão social se configura como o melhor caminho para a promoção de uma melhor qualidade de vida para a pessoas com deficiência, necessita a reflexão pois estamos no século XXI, precisamos mudar a nossa postura e mentalidade perante as pessoas com NEE, que não precisam ser mais segregados, precisam ser incluídos. Pois a escola é um modelo inovador que a educação especial precisa. não precisam ser abandonados.

2.2.1 ACESSIBILIDADE

Sabe-se que os fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão escolar se centralizam numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, a luz das mudanças propostas, tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para que ocorra o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

Ao falar em acessibilidade é preciso compreender seu conceito. Acessibilidade origina-se do termo latino “accessibilitate”, que de acordo com o dicionário da Língua Portuguesa, significa facilidade de acesso, de obtenção. Facilidade no trato. (MICHAELIS, 2009). Segundo o Artigo 2º, inciso I, da lei Nº 10.098/00, a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Entretanto, a acessibilidade não se delimita apenas ao uso do espaço físico. Relaciona-se também à alteração dos impedimentos que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. (REZENDE & RODRIGUES, 2014).

Atualmente a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”, porque existe a questão do preconceito, da rejeição, da ignorância e da indiferença, que

infelizmente persiste na mentalidade de muitas pessoas da sociedade. (SASSAKI, 2004, p. 14).

É bom entendermos que a educação é a ferramenta básica para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social, ela transmite a cultura, constrói o cidadão, amplia conhecimentos visando à construção de um mundo melhor para todos. (MELO, 2011, p. 02).

Quando analisamos a necessidade de acessibilidade para o processo de aprendizagem, verificamos que uma das políticas públicas atuais mais desenvolvidas no que se refere à educação inclusiva das pessoas com necessidades educacionais especiais, é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, já garantido tanto pela LDB nº 9.394/96, como pelo Decreto 7.611/2011.

O AEE deve ser compreendido como:

O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p.25).

O AEE pode fazer uso da Tecnologia Assistiva, com o intuito de realizar tarefas acadêmicas e adequação do espaço escolar, assim como: (i) Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala; (ii) Adequação dos materiais didáticos pedagógicos às necessidades dos educandos, que são engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com imã fixado, etc.; (iii) Desenvolver Projetos em parceria com profissionais, da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica (ação em parceria com os gestores escolares); (iv) Adequações de recursos de informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais, etc.; e, (v) Uso de mobiliário Adequado, que precisam ser garantidos pelas Secretarias de Educação, para adequação de mobiliário escolar, conforme especificações de especialistas na área para contemplar as necessidades de cada estudante.

A escola aonde foi realizada a pesquisa trabalha com dois alunos NEE, mais especificamente com deficiência física, matriculados no turno matutino. Os discentes possuem dificuldades de locomoção, cada um com sua característica individual, pois um deles necessita de cadeira de rodas e o outro tem limitações na locomoção e na fala, geradas pela paralisia cerebral. Ambos estão incluídos no ensino regular e participam das aulas com os alunos regulares.

A escola não possui dentro do espaço escolar o Atendimento Educacional Especializado - AEE, onde vem a ocorrer no contraturno, devido à falta de espaço que a mesma apresenta. Contudo, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, realizasse faz de apoio para os alunos que apresentam e precisam de acompanhamento, os mesmos são encaminhados a SEDUC, para ter acesso as salas de AEE.

A SEDUC dispõe de uma gerência para atendimento dos alunos da educação especial, a Gerência de Programas Projetos e Atendimentos ao Escolar (GEPPAE), responsável pelo acompanhamento do aluno durante todo o ano letivo, realizando o planejamento semestral com base no currículo da escola e nas atividades que o professor da turma em que o aluno está incluído desenvolve. Com esse acompanhamento consegue observar os alunos que estão sendo desenvolvidos em sala de aula, ocorrendo em seguida um retorno para GEPPAE.

No portal da SEDUC (2018) na internet relata que o GEPPAE promove formação para os profissionais que trabalham na área da educação especial. Assim, a escolha dos recursos e metodologias mais acessíveis para o desenvolvimento e a aprendizagem das pessoas com NEE, se torna mais próximo da realidade, pois a partir de formação e da busca pela informação os professores se tornam aptos para trabalhar com os alunos NEE.

No contexto das escolas, uma lei que beneficia a locomoção dos deficientes físicos é a Lei nº 552/2000, que torna obrigatória a instalação de rampas ou elevadores para acesso a deficientes físicos em escolas municipais, viabilizando a acessibilidade arquitetônica.

No âmbito da Legislação Municipal, possuímos leis que regulamentam e auxiliam o processo de acessibilidade e inclusão das pessoas NEE. Na Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMMANS, Capítulo IV, da política cultural e educacional, precisamente no Artigo 57, o Município de Manaus, deverá criar e implantar, nas escolas da rede pública, salas destinadas à educação especial. Nesse mesmo

Capítulo IV, da Seção II da educação, Artigo 347, ressalta que o município manterá, o atendimento educacional especializado para as pessoas deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Comprovar essas garantias na legislação nos remeteu a alguns questionamentos: a escola dispõe de AEE? Os estudantes frequentam o AEE? Ocorrem adaptações de pequeno e grande porte para promoção da inclusão? Quais? E, na busca por essas respostas, perguntamos aos nossos sujeitos de pesquisa:

Diretora: Não. Os alunos que temos na escola não frequentam o AEE no contraturno. Não são feitas adaptações de pequeno e médio porte para o aluno com deficiência física, já com o de paralisia cerebral a professora auxiliar de vida escolar inclui atividades de montagem, modelagem, dança, seleção de cores e formas e contagem.

Professora 1 (1º ano E.F): Não. Eles são acompanhados somente pelas auxiliares de vida escolar. Esse profissional trabalha em parceria com o professor regente o qual desenvolve seu planejamento, juntamente com a auxiliar, onde implementa atividades específicas para os alunos com necessidades especiais. Não tem adaptações para os alunos, na parte do currículo incluímos jogos, brincadeiras, cinema [...].

Professora 2(3º ano E.F): Não. São acompanhados pelas auxiliares de vida escolar. A escola não possui espaço para adaptações, no currículo a escola não trabalha com adaptações curriculares.

Pedagoga: Não temos AEE. Não. Não.

Do que vale todo avanço da educação especial, se as políticas públicas para a promoção da inclusão e acessibilidade, não são colocadas em prática no contexto da escola? Com base nas falas dos sujeitos, podemos refletir que o mínimo para a inclusão não está sendo feito. Precisamos considerar que todo ser humano é capaz de se desenvolver, mas é preciso garantir condições para que isso aconteça, para a criação de oportunidade para a promoção de suas potencialidades e a eliminação de barreiras que impedem esse desenvolvimento.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, isso a matrícula garante. Mas, representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (Brasil 2001. p. 28)

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, de 2008:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas a escolarização. Esse atendimento complementar e/ou suplementa a formação dos alunos com vista a autonomia e independência na escola e fora dela. (2008, p.22)

Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. No caso da escola aonde a pesquisa foi realizada, a falta de espaço físico e de estrutura tem sido um impeditivo para a oferta do AEE, no contraturno, como a legislação normatiza. Porém, se faz necessário que a escola encaminhe os alunos às turmas de AEE em escolas próximas, ou ainda, que sejam as condições sejam criadas na escola, pois é direito dos alunos terem suas necessidades atendidas e, tanto a escola como o sistema de ensino, no caso a SEDUC, precisam garantir isso.

É notório que há uma dificuldade grande em adaptações de grande porte devido a falta de espaço na escola em questão, por consequência, o sistema educacional pode e deve dar suporte para favorecer a todos os alunos, e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais, tanto no que concerne a um bom espaço escolar, com rampas, banheiros acessíveis, espaço para o esporte, etc.

As adaptações de grande porte, são aquelas cuja implementação depende de decisões e de ações técnico-político-administrativas, onde extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública. Elas vêm para permitir aos alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais o alcance de objetivos educacionais que lhe sejam viáveis e significativos, em ambiente inclusivo, na convivência com seus pares.

No documento PCN – Adaptações Curriculares (1999) As necessidades especiais revelam que tipos de estratégias, diferentes das usuais, são necessárias para permitir que todos os alunos, inclusive as pessoas com deficiência, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível.

No contexto da escola observada não são visíveis recursos adaptados às necessidades especiais dos educandos, assim como, não detectamos materiais didáticos e ferramentas diversificadas de ensino. Os alunos com NEE, são inseridos nas salas regulares, mas não incluídos, visto que não são realizadas as adaptações curriculares necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

Segundo Projeto Escola Viva:

No âmbito das atribuições formais, cabe à Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Direção das Unidades Escolares, a responsabilidade de:

1. mapear a população que será atendida pela rede escolar;
2. identificar as necessidades especiais presentes nessa população;
3. identificar quais são as adaptações curriculares de grande porte que devem ser providenciadas, de forma a permitir o acesso e a participação de todos os alunos no cotidiano escolar;
4. planejar a implementação dessas adaptações, incluindo providências a serem tomadas a curto, a médio e a longo prazos;
5. implementar as adaptações de acesso ao currículo e as curriculares de grande porte que lhe são de atribuição e responsabilidade.

Cabe à Direção das Unidades Escolares, a responsabilidade de:

1. permitir e prover suporte administrativo, técnico e científico para a flexibilização do processo de ensino, de modo a atender à diversidade;
2. adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo;
3. flexibilizar a organização e o funcionamento da escola, de forma a atender à demanda diversificada dos alunos;
4. viabilizar a atuação de professores especializados e de serviços de apoio para favorecer o processo educacional. (PCN – Adaptações Curriculares (1999)).

Leva-se em consideração, o fato de que dificilmente as adaptações que se fazem necessárias para a construção de um sistema educacional inclusivo sejam possíveis de serem realizadas todas, de imediato, observando a escola em questão. Mas, é preciso começar, pelo menos, a identificação das necessidades de cada sujeito para a implementação de adaptações curriculares de pequeno e grande porte. É para isso que o planejamento estratégico das unidades escolares, se faz essencial, tornando possível metas objetivas e realistas, ações, planejamentos.

Encontra-se no PPP da escola pesquisada que os projetos interdisciplinares podem se constituir numa metodologia indicada para lidar com o desafio de trabalhar

com os diferentes níveis de conhecimento dos alunos, ocorrendo a interação de todas as matérias e de todas as salas.

Os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas dão significado ao conhecimento escolar mediante contextualização, interdisciplinaridade e, da transversalidade.

Para tanto, faz-se necessária a implementação de um sistema de informações interinstitucionais que possibilite fornecer dados sobre a rede de serviços sociais, facilitando o acesso da comunidade a estas informações, oferecendo-lhes maior autonomia.

Segundo Revista da Educação Especial:

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

2.2.2 INCLUSÃO

Toda criança desenvolve a partir das influências que recebe do contexto em que vive, a partir do momento que ocorre a integração de todos, haverá a observação de novas competências e/ou aprender.

O que significa então uma inclusão de sucesso? Para Cross et al. (2004) podemos falar em sucesso no processo de inclusão quando:

- As crianças progredem nos objetivos que foram previamente definidos;
- As crianças evoluíram no seu desenvolvimento pessoal bem como na aquisição de conhecimentos e habilidades preconizadas para todas as crianças;
- As crianças foram bem-vindas pelos profissionais e pares dos programas que frequentam e foram aceites como membros do grupo, de pleno direito;
- Os pais estão satisfeitos com as evoluções dos seus filhos e com o fato de os seus filhos parecerem estar bem enquadrados e felizes nos grupos em que estão inseridos.

Cada aluno possui sua própria história de vida, suas aprendizagens, características pessoais em seu modo de aprender, mostrando que cada aluno é

diferente do outro, tanto em termos de suas características físicas, sociais, culturais, como de seu funcionamento mental.

A inclusão escolar é uma possibilidade de aprimoramento da educação escolar regular que objetiva beneficiar e auxiliar todos os alunos, com e sem necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva tem como finalidade assegurar a todos os estudantes, sem exceção, a igualdade de oportunidades educativas, para que os mesmos possam usufruir serviços educativos de qualidade e de outros apoios complementares que os preparem adequadamente para a vida futura (FONSECA, 2003, p.23).

Sabemos que ocorre muitas dificuldades no modo de incluir os alunos NEE, frente a educação inclusiva, que tanto almejamos, houve o questionamento para os professores sobre a inclusão, que responderam da seguinte forma:

Diretora: as dificuldades para inclusão é a falta de profissionais capacitados e material didático adequado.

Professora 1: a escola precisa de adaptações nos banheiros para alunos cadeirantes, e nos professores desenvolver atividades e cursos que nos capacite.

Pedagoga: não ocorre nenhuma dificuldade existente. A inclusão já faz parte do contexto educacional.

Percebemos que a inclusão, na fala dos educadores, está muito controversa, como podemos saber se ocorre a inclusão na escola, se a mesma possui discurso controverso? Como considerar que a inclusão acontece se parece que os profissionais que atuam não têm muita clareza do que é essa inclusão e como é necessário para que ela ocorra?

É possível alcançar o princípio educativo de incluir? Inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na que foi elaborada para o Ensino Fundamental. Ambas tiveram como relatora a Conselheira Regina Alcântara de Assis e se inspiram em três fundamentos norteadores das ações pedagógicas das escolas:

- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

- Princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática (o grifo é meu e o tema será retomado adiante);
- Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Para Victor Paro (2018) trabalhar uma visão onde mostra o conceito crítico de educação, onde a escola não se preocupa com a formação concreta do cidadão, vem a formar um aluno alienado, um aluno que não trabalhe em equipe, que não seja capaz de saber a importância do meio ambiente, conheça a política, tenha projeção de valores no sentido democrático, a escola precisa ter em vista o aluno apropriando-se da cultura como o todo.

É preciso desconstruir os paradigmas, achando meios pedagógicos que poderão ser de suma importância para qualificar os alunos perante as suas responsabilidades como ser autônomo, respeitando seus limites.

Em síntese, a inclusão é um grande desafio para nossa sociedade e para nossa escola e o que se espera conquistar é uma educação de qualidade, que garanta a permanência de todos na escola com a apropriação/produção de conhecimento, que possibilite sua participação na sociedade.

2.3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.3.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Segundo o autor Victor Paro (2018), ninguém transmite conhecimento, isto é um conceito medieval de educação, existe o fato de que no sentido amplo da política, o ser humano que depende de todos em sua volta, faz ocorrer a divisão do trabalho, torna-se um sujeito social, refletindo na convivência com o outro sujeito, respeitando suas subjetividades.

A semelhança política que a democracia tem com a educação é lógica, pois, a relação pedagógica é radicalmente política, porque é a convivência com sujeitos, sujeito educador, sujeito educando e radicalmente democrática, que firma subjetividades do educando e subjetividades como alguém que age e educa. Na democracia os meios justificam os fins.

A cultura não se faz por transmitir, mais sim, é apropriada de pessoa para pessoa, que incorpora os elementos culturais que vai lhe fazer uma pessoa histórica, isso é educação. A escola tem apropriações, que consegue se apropria para enriquecer o desenvolvimento acadêmico do aluno.

Vygotsky (2001) afirma que o desenvolvimento de uma pessoa com necessidades educacionais especiais segue as mesmas regras das demais pessoas, apesar de que, determinados momentos seu desenvolvimento esteja diferente por certa deficiência não pode ser apontado como menos desenvolvido e sim que se desenvolve de uma forma diferente.

No processo de produção pedagógica, o dinheiro não pode ser um motivo para o professor ir todos os dias para sala de aula, pois formará uma barreira no modo de fazer com que os alunos se apropriem de conhecimento.

O objeto de trabalho do professor precisa ser a produção do ser humano, o aluno se transforma por vontade própria, o educando precisa querer está ali, por isso o meio educacional precisar modificar e disponibilizar maneiras para que o próprio professor queira fazer seu trabalho, fazer gerar a ação, ter condições objetivas de trabalho, existindo experiências de ensino que vão além do aluno ser depósito de conteúdo, as crianças precisam aprender entre si.

O professor é um pesquisador, os educadores precisam trocar experiências de tempo em tempo investir na educação continuada para melhor apropriação do saber, da cultura. Ensinar é difícil, e precisa ser entendido que necessita de tempo, investimento, objetivos capazes de gerar uma ação visando o fim da atitude tomada.

O professor (trabalhador) é livre e autônomo para ensinar um sujeito a ser livre e autônomo, é de suma importância a compreensão do como agir de cada sujeito que compõe a escola. Anísio Teixeira tinha como clareza que na escola, se você não sabe como funciona a estrutura escolar, acaba refletindo em erros, que prejudicaram os sujeitos que ali estão, quem é de suma importância é o docente e o discente, segundo o Paulo Freire não à docência sem discência.

O professor precisa ser um eterno pesquisador, fazendo-se um bom curso de pedagogia, ter conhecimento em administração no trabalho na escola, conhecer as leis, normas, os componentes que formam um bom professor e o que lhe faz capaz de utilizar o ensino democraticamente para a exposição ao aluno.

Atualmente as escolas precisam menos de soluções e mais olhar atento aos problemas, identificar, aborda, se fazer querer para melhorar a educação para as crianças.

A porta de entrada da escola é a transformação, formar seres humanos históricos, que as crianças se apropriem da cultura como o todo. Nessa cultura tem o elemento que faz o sujeito, a partir disso verificar os meios que vão modificá-lo, transformá-lo, fazer entender o mundo em que está inserido.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino.

No entanto, autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência.

O que se colocou em discussão, principalmente, é a formação especializada, que gerou as seguintes respostas dos participantes do estudo:

Diretora: nunca participei de cursos de formação continuada sobre a temática educação inclusiva, apenas reuniões sobre o auxiliar de vida escolar.

Professora 1: não participei de cursos, ocorre uma grande escassez dos cursos e no momento sem disponibilidade de tempo.

Pedagoga: não participei, por que não foi oferecido. Houve somente reuniões e orientações promovidos pela SEDUC.

Claramente, ocorre a ausência de formação especializada para os educadores trabalharem com crianças NEE. Segundo o site da SEDUC (2018), ocorre oferta de cursos de especialização na área, na maioria das vezes são gratuitos. A diretora relata que ocorre a falta de interesse dos profissionais de realizarem os cursos. Precisa estudar, aprimorar os conhecimentos sobre o assunto, visando os benefícios dos alunos e principalmente dos próprios docentes que enriquece mais o currículo e os conhecimentos.

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

Para Gotti (1988), a universidade, além de proporcionar cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, deve envolver-se em pesquisas sobre o ensino aos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”.

A construção de um sistema educacional inclusivo é responsabilidade de todos, cabe a todas as áreas participar pela inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais.

A mudança em educação, está indissociável da transformação dos professores, que vem a ter um papel fundamental no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, onde o docente é visto como modelo para o bom relacionamento da turma com o discente que precisa ser incluído para ter um bom relacionamento com a sociedade que a rodeia.

E escola precisa tem iniciativas que mostram as maneiras de inclusão, tanto com os alunos NEE e/ou alunos regulares, trabalhando de forma conjunta com a participação escolar. Ocorre muitas barreiras? Sim, porém ocorre métodos para que o aluno não fique prejudicado no seu aprender. Pois o papel do aluno é a aprendizagem e o papel do professor é ensinar.

A luz dos questionamentos, ocorreu a seguinte pergunta para os educadores: “Considerando sua prática como educador, quais os desafios para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?”, refletiu em tais argumentos:

Diretora: seria necessária uma equipe multiprofissional com psicólogo, fonoaudiólogo e professor auxiliar.

Professora 1: o professor precisa se especializar, para que possa ajudar o seu aluno ara que possa ter uma aprendizagem significativa.

Pedagoga: enfrentamos apenas alguns problemas na parte institucional das escolas, pois algumas como a nossa ainda não está adaptada para acolhe-los melhor.

Possui um documento “Educação Profissional - Indicações para a ação: a interface educação profissional/educação especial” que visa estimular o desenvolvimento de ações educacionais que permitam alcançar a qualidade na gestão das escolas, removendo barreiras atitudinais, arquitetônicas e educacionais para a aprendizagem, assegurando uma melhor formação inicial e continuada aos

professores, com a finalidade de lhes propiciar uma ligação indispensável entre teoria e prática.

O relato dos educadores evidenciou a preocupação com a falta de orientação no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais. Mesmo aqueles profissionais que recebem ou receberam algum tipo de orientação afirmaram que o que está sendo feito não é suficiente para atender às demandas surgidas durante o processo inclusivo.

A ausência de uma equipe formada por especialistas de diferentes áreas que atue em conjunto com os docentes e diretores parece ser um obstáculo importante para a realização de ações e projetos comprometidos com os princípios inclusivos.

Também foi destacada a falta de capacitação do professor e da equipe pedagógica em lidar com alunos que apresentam necessidades especiais. Aparentemente, a formação continuada pode favorecer a implementação da proposta inclusiva; todavia necessita estar aliada a melhorias nas condições de ensino, ao suporte de profissionais no auxílio ao trabalho do professor, bem como ao compromisso de cada profissional em trabalhar para a concretização dessas mudanças.

Como forma de enfrentamento das dificuldades, deveríamos dá urgência que os profissionais precisam obter auxílio e orientações a respeito do trato com alunos que apresentam necessidades especiais.

Os professora precisam ser auxiliados no processo de inclusão, e principalmente precisam está aberto ao processo, o docente não pode trabalhar isoladamente, precisa trabalhar em conjunto com os alunos.

2.3.2 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO FLEXIVEL PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O educador necessita de ambos os conhecimentos: tanto o exercício da prática pedagógica e como das teorias pedagógicas. Os dois dão suporte ao fazer docente e orientam o ofício do professor.

A importância de uma prática educacional que possibilite ao aluno enfrentar os medos e não a reproduzi-los é uma responsabilidade professor, principal condutor do processo de ensino aprendizagem e indutor de mudanças paradigmáticas nessa seara.

O contrário disso pode gerar consequências negativas, que poderão ser perpetuadas dentro da sala de aula e, posteriormente, em outros setores da vida. Sobre esse aspecto, Libâneo afirma que a educação de qualidade para todos,

[...] é aquela em que a escola promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A articulação da escola com o mundo do trabalho se torna a possibilidade de realização da cidadania, por meio da internalização de conhecimentos, habilidades técnicas, novas formas de solidariedade social, vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização da sociedade. (2001, p.19).

Assim sendo, fazer didática significa inserir o indivíduo num contexto histórico e social como sujeito atuante que sofre os resultados tanto pelos benefícios como pelos problemas que ele mesmo produz. Ensinar didática hoje é mostrar novos caminhos para a solução dos problemas, a maneira mais adequada de resolvê-los.

O currículo escolar precisa ser flexível, pois, conforme o cotidiano escolar, os profissionais da educação precisam fazer alterações quando à melhoria do ensino para os estudantes. Isso só é possível quando a escola compreende que cada aluno aprende no seu devido tempo, dentro da sua própria subjetividade.

Na maioria das vezes, a pessoa com deficiência é vista como um indivíduo incapaz de produzir. No entanto, se o ambiente escolar inclui esse aluno e atende as suas especificidades, aos poucos se vai rompendo com os paradigmas da exclusão, e a escola acaba por aceitar a todos conforme a sua diversidade, tornando-se uma escola democrática.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde foi realizada a pesquisa de campo propõe que tipo de sujeito eles querem formar, motivo pelo qual se apresenta um trecho dele:

[...] alunos críticos e reflexivos para que sejam atuantes em nossa sociedade, que tenham capacidade de inserção social e profissional formando assim o ser humano com responsabilidade, ética e valores morais como: respeito, reciprocidade, amor, amizade e solidariedade. Para formar alunos questionadores e participativos na sociedade, que saibam buscar ideais, respeitar as diferenças é importante uma educação básica sem lacunas e bem trabalhada em todas as

modalidades, que proporcione ao nosso educando um ingresso e permanência no ensino superior. (2016, p.13).

Combater as desigualdades sociais, acarretara na formação de alunos capazes de ter relação sem estereótipos com as crianças NEE. As políticas públicas educacionais devem ser efetivadas, o PPP precisa ser construído por todos que participam da escola, ele norteia os trabalhos escolares, porém alguns gestores têm deixado de lado as políticas públicas educacionais que favorecem o ensino dos alunos com NEE. Esse Projeto deve ser discutido a partir da visão dos sujeitos, a fim de que contemple os anseios de cada segmento envolvido.

É preciso que sejam atendidas as necessidades reais da escola, considerando-se as diferentes culturas ali existentes. Além disso, é necessário revisar e atualizar o PPP com alguma frequência, pois esse documento precisa acompanhar as mudanças que se processam no decorrer do ano letivo.

Desenvolver a inclusão no currículo escolar é organizar meios, propostas, disponibilizar diversos materiais didáticos e pedagógicos a escola que favoreçam o processo de ensino dos educandos, mediante a um trabalho específico para cada um deles. O que nos leva a refletir sobre a prática pedagógica e repensar a educação, que também é um ato político. Segundo o MEC,

Nesse processo de aprender, o tempo assume grande importância, pois a aprendizagem requer elaboração, requer realização de múltiplas experiências, requer poder errar no caminho das tentativas e buscas, enfim, requer considerar os diferentes tempos dos sujeitos da aprendizagem [...] ampliação da jornada, na perspectiva da Educação Integral, auxilia as instituições educacionais a repensar suas práticas e procedimentos, a construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferenciados, inter-relacionais e contextualizados [...] (SECAD, 2009, p. 35-36)

Coll (2000, p. 45) define currículo de uma forma atual e objetiva:

Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à

discussão crítica e possa ser efetivamente transladado em prática.

O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas (GOMES, 2006, p. 31-2).

É importante que o currículo seja organizado sempre de maneira a envolver professor-aluno; escola-comunidade; ensino-aprendizagem. Uma escola inclusiva pode contar com um currículo aberto e mais flexível, e com objetivos bem definidos como uma ferramenta para promover o desenvolvimento, ao contrário do que tínhamos na escola de ensino tradicional em que o currículo era algo acabado, fechado, preservado e transmitido intacto as novas gerações, havendo grandes dificuldades de mudanças.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN -Adaptações Curriculares em ação (2002) trazem o contexto da adaptação curricular para a harmonia do processo ensino/aprendizagem no sentido de promover a educação inclusiva, segundo este documento as adaptações curriculares devem ser compreendidas em um processo que se realiza em três níveis, a saber:

- A partir do Projeto Político Pedagógica da instituição, na qual vai permitir identificar e analisar as adversidades da instituição, bem como determinar metas e objetivos dos docentes, funcionários, gestores e outros envolvidos com o aluno;
- A partir do currículo a ser aplicados em sala de aula, construindo uma proposta que possa atender as expectativas de todos os alunos com necessidades educacionais especiais ou não;
- A partir da perspectiva individual, elaborando e implementando um Programa Educacional Individualizado.

Segundo Aranha (2003), na educação inclusiva, o currículo deve nortear-se, igualmente, na concepção da diferença e não no ajuste do aluno ao currículo, ou seja, o caminho deve ser inverso, o currículo que se adapta às necessidades do aluno; mais especificamente, é a equipe escolar que deve atuar no sentido de promover as mudanças necessárias para que o aluno acesse o currículo.

A partir desta perspectiva, compreender que adaptações curriculares são definidas como sendo:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 2002, p.33).

Com esta conceituação, compreendemos que a adaptação curricular permite criar condições físicas, ambientais, materiais e metodológicas para que o aluno com NEE, na escola tenha um melhor aproveitamento no processo ensino/aprendizagem, ou seja, propicia melhores aspectos de comunicação, interação e mobilidade, privilegiando a participação efetiva na educação.

As adaptações curriculares são ajustes graduais que se promovem no planejamento escolar e pedagógico, bem como nas ações educacionais, em resposta às necessidades educacionais especiais de alunos.

Um dos aspectos essenciais desse processo de ajuste é exatamente: a interação contínua entre as necessidades do aluno e as respostas educacionais efetivadas.

Devem ser destinadas aos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação, realizando, preferencialmente no ambiente menos restritivo possível e pelo menor período de tempo (...) as necessidades especiais revelam que tipos de ajuda (suporte), diferentes das usuais, são requeridas, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer (Brasil, 1999, p. 34).

Portanto, não há a necessidade da criação de um novo currículo, mas sim a existência de um currículo dinâmico que seja suscetível à ampliação e flexibilização

para que possa satisfazer todos os educandos, de modo que alunos com NEE possam participar do processo ensino/aprendizagem.

O Plano de Ensino para esse aluno deverá considerar isso tudo, além de assegurar que sua escolaridade se dê, no máximo das possibilidades, na escola comum, em classe regular, já que a própria convivência na diversidade tem favorecido o desenvolvimento e o crescimento pessoal e social.

Com base no exposto neste capítulo, percebemos que na educação inclusiva em relação ao contexto do ensino regular, entende-se que as adaptações curriculares são importantíssimas no processo de inclusão e acessibilidade, pois só assim podemos adequar de forma correta o mundo acadêmico das pessoas com NEE, assim deixá-los ainda mais motivados a estudar e participar do convívio social.

O professor segundo Machado (2007) no exercício da prática reflexiva, analisando criticamente o seu fazer docente, possibilitará que o ato de “educar seja repensado em sua plenitude”, refletindo sobre os pontos fortes e fracos que ocorreram no processo da sala de aula, pois agindo assim, não chegará apenas a constatação, mas irá repensar sobre a sua prática, com o objetivo de construir e reconstruir “melhorias do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, possibilitará uma criticidade das suas ações de ensinar e de aprender, não sendo apenas um mero repassador e recebedor de conteúdo, mas um articulador dos “saberes sistematizados da escola com a vida” (p. 153)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa oportunizou entender como ocorre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, observamos que não são atendidos nas suas particularidades em uma perspectiva de Educação Inclusiva, dá-se pelo desconhecimento da temática por parte dos professores, afetado pela falta de formação específica para lidar com estes alunos público alvo da Educação Especial, em sala de aula, comprometendo o reconhecimento destes estudantes e o desenvolvimento dos seus potenciais e talentos.

Esse estudo teve como objetivo principal compreender como os desafios educacionais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais nas classes regulares de ensino, o alcance dele só foi possível, através dos seguintes objetivos:

1) Identificar na literatura e nos documentos legais os princípios filosóficos para o desenvolvimento do trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva e na legislação brasileira as leis e orientações norteadoras e as adaptações curriculares necessárias para a promoção da acessibilidade e da inclusão dos estudantes com NEE. Este objetivo foi alcançado graças a intensa pesquisa bibliográfica de livros e referenciais teóricos de grande expressão que esclareceram a luz da pesquisa o Universo da acessibilidade, inclusão, a isso a documentos legislativos orientadores dos âmbitos, brasileiras e Internacionais, que garantam a acessibilidade e da inclusão dos estudantes com deficiência NEE.

2) Identificar as características de desenvolvimento e de aprendizagem das pessoas com deficiência física. Este objetivo só possível foi alcançado graças a intensa pesquisa bibliográfica de diversas obras que abordam o tema, bem como com o contanto com os estudantes que apresentaram características interessantes de desenvolvimento e de aprendizagem.

3) Reconhecer as concepções docentes sobre a educação na perspectiva inclusiva, em uma escola de Manaus. Este objetivo só foi possível de ser alcançado através de questionários feitos aos professores, e de umas entrevistas semiestruturadas que permitem que ao entrevistado possa se sentir à vontade para responder as devidas questões, ambos questionando as suas concepções sobre o processo.

Essa pesquisa tem uma relevância muito grande em nossas vidas profissionais educativas, engrandece nossos conhecimentos e nossas experiências na área da educação inclusiva, inspirando outras pesquisas nas pós-graduações e mestrados futuros. A partir dos resultados alcançados, percebeu-se que na devida escola pesquisada há muita coisa a ser construída e inserida nela.

Todos os professores devam participar continuamente de formação continuada, atualizando seus saberes quanto a novas metodologias, que possam trabalhar e administrar melhor as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a acessibilidade e a inclusão. Agregado a isso, preparar os demais membros das escolas, a saber se relacionar com as pessoas com deficiência, o gestor deve liderar ações para as melhorias e adaptações que escola precisa para atender pessoas com deficiência física, assim como também atender outras pessoas com deficiência.

As vivências nos estágios colaboraram para o início desta pesquisa, pois foi nas experiências da realidade escolar que se observou as invisibilidades dos sujeitos NEE.

A pesquisa foi fundamental na formação docente, uma vez que despertou o olhar para um público que muitas vezes ficam esquecidos dentro de uma sala de aula e que necessitam assim como todos os alunos de um ensino de qualidade.

Esta pesquisa possibilitou entender quais as características de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com características NEE, quais ferramentas necessárias o professor pode utilizar para estimulá-los na escola regular na perspectiva da educação inclusiva. O professor conhecendo esses alunos permitirá a todos eles o direito a uma educação de qualidade na rede pública de ensino.

A pesquisa possibilitou ainda identificar quais as percepções dos educadores sobre a inclusão de estudantes no processo de ensino aprendizagem na escola pesquisada e, a resposta encontrada dentre os professores pesquisados, alguns não se sentem preparados, pela falta de uma formação especializada e preferem que esses alunos sejam atendidos em local que, não seja a escola de ensino regular.

Ao analisar os desafios e as possibilidades da estimulação dos estudantes na perspectiva inclusiva numa escola pública, a pesquisa possibilitou verificar que o professor não reconhecendo os estudantes que apresentam características de NEE, provocará sérios danos ao desenvolvimento de suas habilidades, na sua relação social e afetiva, portanto, entender as características de desenvolvimento e

aprendizagem desses estudantes, facilitará no seu reconhecimento e no seu atendimento, seja ele na escola regular que é o objetivo da Escola Inclusiva ou quando necessário no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O procedimento didático adotado pelo professor para estimular os talentos dos estudantes será fundamental para romper os desafios e criar possibilidades de atendimento dos mesmos em uma escola pública, precisam ser reconhecidos e atendidos pelos seus professores na sua sala de aula, e quando necessário com auxílio de uma equipe que possa contribuir na estimulação desses estudantes. Uma formação qualificada dos professores permitirá um trabalho de qualidade e um atendimento qualificado aos estudantes.

O estudo foi fundamental para compreender a importância de se conhecer as particularidades de cada educando, para que assim possa atendê-lo nas suas especificidades e não mais deixá-los invisíveis diante das suas necessidades educacionais. Contribuiu também para tomada de consciência sobre uma temática relevante que merece tanto destaque quanto as outras áreas de estudo da educação, o que é fundamental para a construção da nossa identidade profissional como educadores.

Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças. Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (org). **Educação Inclusiva: a escola**. V. 3. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2004.

ARANHA, Maria Salete. **Educação Inclusiva: v.1: a fundamentação filosófica/coordenação geral SEESP/MEC**; - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação especial. 2004. 28p.

ARANHA, Maria Salete. **Educação Inclusiva: v.1: a fundamentação filosófica/coordenação geral SEESP/MEC**; - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação especial. 2004. 28p.

AZEVEDO, Janete. **O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar**.

BOAS Heloisa; **Alfabetização-nova alternativa didática**. Ed. Brasiliense

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre a necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

BRASIL. Decreto nº3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala:2001.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente no Brasil. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº2.678, de 24 de setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº7.853, de 24 de outubro de 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular de ensino. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(org.) 2ªed.ver.e atualiz. Brasília:Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão,2004.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. P.49. 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. A integração social do portador de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

_____. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1989.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6243862/constituicao-federal---35-edicao>>. Acessado em: 01 de novembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. LEI FEDERAL Nº: 8.069, 13 DE JULHO DE 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Versão Atualizada, 2017. Disponível: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTER NET.pdf>. Acessado em: 27 de setembro de 2017.

COLL, E.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**; necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Entrevista Victor Paro – **Gestão Escolar Democrática**. 22 de junho de 2013
FONSECA, Vitor da. Tendências futuras da educação inclusiva. Rev. Educação, Porto Alegre: PUCRS, nº. 49, mar, 2003.

FREITAS, Soraia Napoleão.; PÉREZ, Susana Graciela. **Altas Habilidades/superdotação: atendimento especializado**. Marília: ABPEE, 2012. 2ª Edição Revista e Ampliada.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular**. 2014
GLAT, R. **Um enfoque educacional para a Educação Especial**. Fórum Educacional, 9 (1), pg. 88-100, 1985.

GOMES, Rita de Cássia Medeiros. Universidade Anhanguera-UNIDERP - Centro de Educação a Distância, 201, Revista de Educação. **A Formação dos Professores no Contexto Atual**. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/1722>>. Acessado em: 25 agosto de 2017.

CONCEITO. **Conceito de inclusão**, 2017. Disponível em: <<https://conceitos.com/inclusao/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SIGNIFICADO. **Significados de inclusão**, 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/inclusao/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>>. Acessado em: 25 de outubro de 2017.

MACHADO, Andrezza Belota Lopes. **Alunos com necessidades educacionais especiais: altas habilidades/superdotação**. Capítulo 1. In: NASCIMENTO, A. C. A.; BECKER, M. A. Educação inclusiva no contexto amazônico: altas habilidades/superdotação. Manaus: Educa, 2007.

MEC/SEESP – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Declaração de Salamanca. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 28 de nov. 2018.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

Projeto Político Pedagógico – Escola Estadual Menino Jesus de Praga. 2017

Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Menino Jesus de Praga. 2017.

Regimento Interno - Escola Estadual Menino Jesus de Praga. 2017

SASSAKI, R.K. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004 a.

ANEXOS

Questionário destinado aos profissionais.

1. Há estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) incluídos na escola?
2. Qual/quais as NEE dos estudantes?
3. A escola dispõe de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Os estudantes frequentam o AEE? No contraturno de matrícula? O professor do AEE desenvolve um planejamento articulado com o professor da classe comum?
4. Você participou de cursos de formação continuada sobre a temática educação especial? Quais? Se não, justifique.
5. Quais dificuldades existentes no contexto educacional para a inclusão aconteça?
6. Que adaptações curriculares devem ser feitas para a inclusão educacional dos estudantes com NEE?
7. Na sua opinião, a inclusão e acessibilidade estão sendo garantidas aos estudantes com NEE matriculados na escola? Por quê?
8. Considerando sua prática como educador, quais os desafios para a inclusão dos alunos com NEE?

